

## ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PREGÃO 177/2023

### 1. DO OBJETO

PRESTAÇÃO DE **SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, REMOÇÃO DE VESPAS E MARIMBONDOS E REALOCAÇÃO DE ABELHAS**, em todas as áreas internas e externas dos campi da UFSM, conforme condições, quantidades e exigências, estabelecidas neste instrumento.

- 1.1. Esta licitação tem por objetivo o registro de preços para a prestação de serviços de descupinização (controle de cupins), desinsetização (controle de insetos, aracnídeos e artrópodes em geral), desratização (controle de ratos e camundongos), remoção de vespas e marimbondos e **realocação de abelhas**, em todas as áreas internas e externas dos campi da UFSM, conforme condições, quantidades e exigências, estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. A Licitação ocorrerá na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do Tipo Menor Preço global por grupo.
- 1.3. Será permitida a subcontratação dos serviços de remoção de vespas, marimbondos, coleta e realocação de abelhas, os demais serviços aqui licitados não poderão ser terceirizados.

### 2. DESCRIÇÃO DOS ITENS

- 2.1. **Desinsetização** - Este serviço compreende a desinsetização de insetos, aracnídeos e artrópodes em geral, tais como: baratas, formigas, mosquitos, moscas, pulgas, ácaros, aranhas, escorpiões, carrapatos, etc;
  - 2.1.1. Este serviço será quantificado por m<sup>2</sup> de área desinsetizada.
  - 2.1.2. Um técnico qualificado da empresa licitante deverá realizar uma visita no local, identificar o tipo de praga e garantir que todos os espaços calculados por m<sup>2</sup> sejam adequadamente desinsetizados;
  - 2.1.3. O serviço deverá ser executado em qualquer dependência da UFSM, desde salas de aulas, salas administrativas, laboratórios, refeitórios, áreas externas, etc., incluindo quaisquer locais de acesso restrito ou de difícil acesso, como em tubulações de esgoto sanitário e pluvial, em caixas de inspeções (de esgotos, de rede elétrica, de telefonia, etc.), ou ainda em lixeiras e demais áreas de infraestrutura.
  - 2.1.4. O(s) produto(s) saneante(s) desinfetante(s) a ser aplicado(s) será (ão) fornecido(s) pela empresa contratada, podendo ser em líquido, pó, granulado, gel ou outro de consistência adequada à execução dos serviços, conforme a sua necessidade;
  - 2.1.5. São produtos saneantes desinfetantes, de acordo com a Resolução N° 622, de 09 de março de 2022, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa): produtos registrados na ANVISA, destinados à desinfestação de ambientes urbanos, sejam eles residenciais, coletivos, públicos ou privados, que matam, inativam, ou repelem organismos indesejáveis no ambiente, sobre objetos, superfícies inanimadas, ou em plantas. Incluem-se neste conceito os termos "inseticidas", "reguladores de crescimento", "rodenticidas", "moluscicidas" e "repelentes".
- 2.2. **Desratização** - Este serviço compreende a desinfestação de roedores (como ratos e camundongos), incluindo o fornecimento de produtos e de materiais necessários.
  - 2.2.1. Este serviço será quantificado por m<sup>2</sup> de área desratizada.
  - 2.2.2. A desratização com aplicação de iscas raticidas deverá atender aos pontos focais e estratégicos da edificação e seus arredores, tais como garagem, sanitários, ralos e áreas externa, subpisos falsos, interior de forros, tubulações, etc.

colocadas no interior de porta-isca com lacre, ou outro meio que garanta a segurança dos transeuntes.

- 1.1.1. Em áreas internas a desratização deverá ser realizada com emprego de raticidas que serão colocados em locais estratégicos, não acessíveis ao contato humano e o produto a ser utilizado deverá ser inodoro, de eficácia comprovada e provocar a morte e o ressecamento do animal, sem deixar odor.
- 1.1.2. A desratização levará em consideração as espécies de roedores detectadas e os pontos de controle de iscagem, e será feita pelo sistema de iscas granuladas e parafinadas, a base de brodifacoum, devendo abranger a rede de esgoto interna e externa de toda área solicitada.

## **1.2. Descupinização**

- 1.2.1. Este serviço será quantificado por m<sup>2</sup> de área descupinizada.
- 1.2.2. Este serviço compreende a descupinização de superfícies de madeira (móveis, esquadrias, divisórias, escadas, pisos, forros, revestimentos, etc.), as quais possuem presença de cupins.
- 1.2.3. O serviço poderá ser executado em qualquer dependência da UFSM, desde salas de aulas, salas administrativas, laboratórios, refeitórios, etc., incluindo quaisquer locais de acesso restrito ou de difícil acesso.

## **1.3. Controle de marimbondos e vespas em baixa altura (Até 2,0 metros)**

- 1.3.1. Este serviço será quantificado por unidade de enxames de marimbondos
- 1.3.2. Este serviço compreende controle de marimbondos e vespas em caixa inspeção, beiral de casas, galhos de árvores, palanques etc.

## **1.4. Controle de marimbondos e vespas em média altura (Acima de 2,0 metros com utilização de escada)**

- 1.4.1. Este serviço será quantificado por unidade de enxames de marimbondos
- 1.4.2. Este serviço compreende controle de marimbondos e vespas em forro de madeira, telhados de casas, muros altos, fundo de edículas, postes, etc.

## **1.5. Controle de marimbondos e vespas em grandes alturas (Acima de 2,0 metros com utilização de caminhão ou rapel)**

- 1.5.1. Este serviço será quantificado por unidade de enxames de marimbondos
- 1.5.2. Este serviço compreende controle de marimbondos e vespas em coberturas de prédios, postes e superpostes, marquises e telhados de sobrados, totens, etc.

## **1.6. Coleta e realocação de abelhas nativas e não nativas em baixa altura (Até 2,0 metros)**

- 1.6.1. Este serviço será quantificado por unidade de realocação de colmeias de abelhas nativas ou não nativas
- 1.6.2. Este serviço compreende coleta de abelhas em caixa inspeção, beiral de casas, galhos de árvores, palanques etc.
- 1.6.3. Caracteriza-se crime ambiental tipificado pela legislação ambiental brasileira, em especial pela Lei federal 9.605/98, Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida: Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa.

## **1.7. Coleta e realocação de abelhas nativas e não nativas em média altura (Acima de 2,0 metros com utilização de escada)**

- 1.7.1. Este serviço será quantificado por unidade de realocação de colmeias de abelhas nativas ou não nativas
- 1.7.2. Este serviço compreende coleta de abelhas em forro de madeira, telhados de casas, muros altos, fundo de edículas, postes, etc.

1.7.3. Caracteriza-se crime ambiental tipificado pela legislação ambiental brasileira, em especial pela Lei federal 9.605/98, Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida: Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa.

**1.8. Coleta e realocação de abelhas nativas e não nativas em grandes alturas (Acima de 2,0 metros com utilização de caminhão ou rapel)**

1.8.1. Este serviço será quantificado por unidade de realocação de colmeias de abelhas nativas ou não nativas

1.8.2. Este serviço compreende coleta de abelhas em coberturas de prédios, postes e superpostes, marquises e telhados de sobrados, totens, etc.

1.8.3. Caracteriza-se crime ambiental tipificado pela legislação ambiental brasileira, em especial pela Lei federal 9.605/98, Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida: Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa.

**2. DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO:**

2.1. Campus Sede da UFSM: Av. Roraima nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria – RS, CEP: 97105-900;

2.2. UFSM Campus de Frederico Westphalen: Linha 7 de Setembro, BR 386 Km 40, Frederico Westphalen – RS, CEP: 98400-000;

2.3. UFSM Campus de Palmeira das Missões: Av. Independência nº 3751, Bairro Vista Alegre, Palmeira das Missões – RS;

2.4. UFSM Campus de Cachoeira do Sul: Rod. Taufik Germano nº 3013, Bairro Passo D'Areia, Cachoeira do Sul – RS; UFSM – Laboratório/sala na UERGS: Rua Sete de Setembro, nº 1040, Centro, Cachoeira do Sul – RS, 96508-010;

2.5. Unidade da UFSM em Silveira Martins: Rua Francisco Guerino nº 407 – Bairro Centro, Silveira Martins – RS, 97195-000;

2.6. Prédio de Apoio da UFSM: Rua Floriano Peixoto nº 1750, Bairro Centro, Santa Maria – RS, CEP 97015-373;

2.7. Prédio da Antiga Reitoria da UFSM (anexos e adjacências): Rua Floriano Peixoto nº 1184, Bairro Centro, Santa Maria – RS, CEP 97015-372;

2.8. Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica (Cappa): Rua Maximiliano Vizzoto nº 598, Centro, São João do Polêsine – RS, 97230-000;

2.9. Museu Gama D'Eça: Rua do Acampamento nº 81, Centro, Santa Maria – RS, 97050-001; CEU 1: Rua Professor Braga, nº 79, Centro, de Santa Maria – RS.

**3. DA JUSTIFICATIVA**

A prevenção e o controle das pragas urbanas fazem parte da higienização de ambientes, sendo indispensáveis para garantir a manutenção da saúde humana, evitando doenças e acidentes fazendo com que os ambientes sejam saudáveis e preservados das contaminações provenientes de vetores, como insetos e roedores, causadores de vários transtornos à saúde humana. A demanda da UFSM por esses serviços ocorre em razão da Instituição não possuir, em seu quadro/estrutura, recursos humanos e materiais para executar os serviços objeto dessa contratação. Além disso, em face do vencimento do registro de preço 2022-2023, em agosto deste ano, a UFSM ficará sem contrato especializado para a realização destes serviços.

Desse modo, faz-se necessária a contratação de uma empresa especializada em serviços de controle de pragas, com objetivo de executar serviços de desinsetização, desratização, descupinização, remoção de vespas e marimbondos e **realocação** de abelhas, buscando manter os ambientes de trabalho em estado de salubridade para segurança dos discentes, docentes, técnicos administrativos, terceirizados e dos usuários em geral, a fim de realizar a conservação dos bens patrimoniais, cumprindo as legislações vigentes e visando minimizar os riscos à saúde.

Os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, remoção de vespas e marimbondos são processos de controle sobre insetos, roedores e pragas, utilizando-se de aplicações de produtos específicos, registrados e notificados na Agência Nacional de Vigilância-ANVISA, conforme RDC N° 622, de março de 2022, de acordo com a demanda de cada unidade vinculada às estimativas da contratação.

**Este documento segue o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – Consultoria Geral da União/AGU 4ª ed. – agosto de 2021 (disponível em: <https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio1.pdf>).**

#### **4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência da ata DE REGISTRO DE PREÇOS será de 12 (doze) meses, tendo em vista que a forma de contratação será através do Sistema de Registro de Preços, conforme dispõe o parágrafo 3º do Inciso V, Artigo 15 da Lei n. 8.666/93. Também se normatiza a contratação através do decreto N° 7892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços Previsto no artigo citado anteriormente. Caso haja contrato originado desta ata de registro de preços, o contrato terá vigência pelo dobro do período fixado para a execução do objeto, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da empresa licitante e a UFSM, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### **6. DA DOCUMENTAÇÃO NO MOMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**A LICITANTE VENCEDORA deverá apresentar os seguintes documentos:**

- 6.1. Certificados de treinamento para trabalho em altura (NR 35) dos trabalhadores designados para realização os serviços,
- 6.2. Ficha de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para a realização dos serviços;
- 6.3. Procedimento Operacional Padrão (POP): do procedimento de diluição ou outras manipulações autorizadas para produtos saneantes desinfetantes, da técnica de aplicação, da utilização e manutenção de equipamentos, de transporte, de destinação final e outros procedimentos técnicos ou operacionais, inclusive com informações sobre o que fazer em caso de acidente, derrame de produto químicos, saúde, biossegurança e saúde do trabalhador, sem prejuízo da legislação vigente;
- 6.4. Documento comprobatório que a empresa destina corretamente as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte,
- 6.5. Relação dos produtos saneantes e Domissanitários/Desinfetantes que pretende utilizar no controle de pragas e vetores urbanos, indicando a MARCA e o respectivo FABRICANTE, bem como as comprovações em relação a tais produtos, conforme Resolução RDC nº 622/2022 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

- 6.6. Possuir licença ambiental emitida pelo órgão ambiental competente, de acordo com o art. 4º da RDC Anvisa nº 622, de 09 de março de 2022.
- 6.7. Apresentar Licença de funcionamento ou Alvará sanitário da sede ou filial que prestará o serviço emitida pela vigilância sanitária municipal ou estadual, nos termos do art. 4º, incisos V e VI, e art. 5º da Resolução RDC nº 622/2022 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
- 6.8. Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (Categoria: Indústria Química; Código: 15-9; Descrição: Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas), instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981 para os produtos, cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata.
- 6.8.1. Não se está exigindo comprovação de inscrição e regularidade no Cadastro Técnico Federal/APP-Ibama do licitante, mas sim do fabricante do produto que será utilizado pelo licitante na prestação do serviço. Nessa linha, deverá o licitante diligenciar para a obtenção do comprovante do registro no CTF/APP-Ibama e do respectivo Certificado de Regularidade do fabricante do produto ofertado.

OBS: O prazo máximo para a apresentação dos documentos elencados neste item deverá ser até 20 (vinte) dias, após solicitado pela UFSM.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A LICITANTE VENCEDORA deverá efetuar Cadastro de usuários externos no PEN-SIE, que será o meio de comunicação com a UFSM, bem como solicitação dos serviços. O cadastro de usuários externos é destinado a **pessoas físicas e jurídicas que precisam peticionar ou ter acesso aos processos eletrônicos** para inclusão e assinatura de documentos no PEN-SIE, porém não possuem vínculo com a UFSM.
- 7.1.1. As instruções para o cadastro de usuários externos estão no link a seguir: <https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/dag/pen/servicos/cadastro-de-usuarios-externos>
- 7.2. A LICITANTE VENCEDORA deve responder a ordem de serviço que será enviada pelo PEN-SIE dentro de 24 hs, e tem dois (02) dias para executar o serviço após a confirmação de recebimento da ordem de serviço.
- 7.3. Atender a resolução RDC Nº 622, de 9 de março de 2022, que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências;
- 7.4. A LICITANTE VENCEDORA deve manter em Santa Maria/RS sede, filial ou representação dotada de toda a infraestrutura técnica e administrativa, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços prestados.
- 7.4.1. A LICITANTE VENCEDORA deverá possuir equipe mínima de prontidão para atendimento de situações de emergência, como, por exemplo, dedetização excepcional em copas, etc.
- 7.4.2. Em casos emergenciais, proliferações repentinas, a LICITANTE VENCEDORA deverá atender em até 48 (quarenta e oito) horas após a notificação da área responsável pela fiscalização.
- 7.5. A LICITANTE VENCEDORA fornecerá mão de obra especializada e todos os materiais/utensílios, produtos e equipamentos, além de supervisão técnica necessários à execução dos serviços;

- 7.6. Os empregados da LICITANTE VENCEDORA, destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se munidos de EPI, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sob prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital. Ainda, deverão realizar o serviço uniformizados, com crachá de identificação;
- 7.6.1. OBS: Equipamento de Proteção Individual (EPI) – todo dispositivo de uso individual, de fabricação nacional ou estrangeira, destinado a preservar a saúde, a segurança e a integridade física do trabalhador.
- 7.7. A LICITANTE VENCEDORA deve fornecer, ao cliente, um certificado, que comprove a execução de serviço, com **prazo de garantia**, por tipo de praga e de acordo com a eficácia do produto utilizado e orientações do fabricante.
- 7.7.1. O certificado deve conter, no mínimo, as seguintes informações: Nome do cliente, Endereço do imóvel, Praga(s) alvo, Data de execução dos serviços, Prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo; Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); Nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); Orientações pertinentes ao serviço executado. Nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente. Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica, Identificação da empresa com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e licenças ambientais. Todo certificado deverá estar assinado pelo Responsável Técnico, juntamente com a ART do mesmo;
- 7.7.2. Deverá constar as condições básicas de higiene e orientações sobre a garantia do serviço.
- 7.8. Além do relatório de execução dos serviços, nos quais deverão constar: data/local/tipo de praga/unidade de medida/metodologia empregada/produto utilizado/prazo de eficácia/data para revisão, a empresa licitante deverá emitir uma planilha de monitoramento periódico, que será acompanhada pela fiscalização técnica após sua execução, a fim de subsidiar a Administração sobre a eficácia dos serviços prestados e a avaliar a possibilidade ou não de uma nova execução fora do prazo de garantia dos serviços, caso necessário.
- 7.9. A LICITANTE VENCEDORA deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone da empresa, telefone do Centro de Informação Toxicológica e número da licença dada pelo órgão estadual/municipal competente;
- 7.10. Toda e qualquer nota fiscal de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas só terá validade se for emitida pela LICITANTE VENCEDORA, ficando vedada a compra de nota fiscal avulsa por pessoa física junto às Secretarias (ou órgãos semelhantes) das Prefeituras Municipais, para os fins de comprovação da execução dos serviços;
- 7.11. A EMPRESA LICI LICITANTE VENCEDORA TANTE deverá adotar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos no que tange aos produtos que serão utilizados na execução do serviço e às obrigações que terão de ser cumpridas:
- 7.11.1. Apresentar descrição detalhada dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, o comprovante do registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade do fabricante no CTF.
- 7.11.2. Os SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC ANVISA Nº 622, DE 09 DE MARÇO DE 2022.”
- 7.12. A LICITANTE VENCEDORA deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte ambiental correto;
- 7.12.1. O destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfetantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo distribuidor/fabricante/importador;

- 7.12.2. A LICITANTE VENCEDORA fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimentos por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente;
- 7.12.3. A responsabilidade pelo destino final é da LICITANTE VENCEDORA, porém esta deve enviar os comprovantes de destinação final ao Setor de Planejamento Ambiental da UFSM.
- 7.12.4. O estabelecimento que as receber deve fornecer, à LICITANTE VENCEDORA, documento comprobatório de recebimento das embalagens;
- 7.12.5. As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfetantes devem ser submetidas à tríple lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente;
- 7.12.6. As embalagens vazias de produtos, que não apresentem solubilidade em água, não devem passar por tríple lavagem, devendo a LICITANTE VENCEDORA seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes;
- 7.13. A LICITANTE VENCEDORA deverá observar, no que couber, a Lei n.º 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993) e a IN nº 1/2010 da SLTI/MPOG, na execução dos serviços.”
- 7.14. Em relação a realocação de abelhas A EMPRESA LICITANTE deve estar ciente que caracteriza-se **crime ambiental** tipificado pela legislação ambiental brasileira, em especial pela **Lei federal 9.605/98, Art. 29**. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida: Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa.

## 8. DA VISTORIA DA LICITAÇÃO

- 8.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a empresa licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 17 horas. O agendamento deverá ser efetuado previamente, junto ao Setor de Planejamento Ambiental da PROINFRA: UNIDADE: SPA/PROINFRA TELEFONE: (55) 3220-9452 ou E-MAIL: [spaproinfra@ufsm.br](mailto:spaproinfra@ufsm.br)
- 8.2. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 8.3. No momento do agendamento da vistoria, o licitante deverá informar quais unidades deseja visitar de acordo com os locais listados no item 3.
- 8.4. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 8.5. O licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 9. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos pelos servidores do Núcleo de Infraestrutura ou equivalente das Unidades Acadêmicas da UFSM ou por servidores especialmente designados, no caso das unidades administrativas, na forma dos Arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. Para a realização dos serviços, as unidades solicitantes deverão disponibilizar servidores da área de sua infraestrutura para gestão dos contratos e fiscalização da execução dos serviços.